



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 26 - julho de 2021

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2021i26p150-164>

O corpo feminino como intertexto moral do feminicídio

The female body as a moral intertext of femicide

*Carlos Magno Gomes**

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta comparatista entre o corpo feminino assassinado e os códigos morais da sociedade patriarcal no conto “Dolly” (1995), de Lygia Fagundes Telles, e no romance *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo (2019). Articulamos uma abordagem interdisciplinar para a confecção do corpo feminino suplicado como um intertexto moral hegemônico. Essa estratégia está relacionada ao questionamento do aniquilamento feminino. Metodologicamente, desenvolve-se a construção do conceito de corpo suplicado como intertexto moral a partir do debate proposto por Michel Foucault, Tiphaine Samoyault, Elódia Xavier e Lia Zanotta Machado. Nessas obras, o corpo da mulher está representado por meio de uma perversa normatização de gênero, respaldada pelo suplício da vítima e reforçada por meio de intertextos jornalísticos paralelamente enxertados ao texto ficcional.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira; Lygia Fagundes Telles; Patrícia Melo; Violência sexual; Corpo feminino

ABSTRACT

This paper presents a comparative study between the murdered female body and the moral codes of the patriarchal society in the short story “Dolly” (1995) by Lygia Fagundes Telles and in the novel *Mulheres Empilhadas (Stacked Women)* by Patrícia Melo (2019). We articulate an interdisciplinary approach in order to make the pleaded female body as a hegemonic moral intertext. This strategy is related to the questioning of female annihilation. Methodologically, the construction of the concept of the tortured body is developed as a moral intertext based on the debate suggested by Michel Foucault, Tiphaine Samoyault, Elódia Xavier and Lia Zanotta Machado. In these books the body of the woman is represented by means of a perverse normalization of genre, endorsed by the torment of the victim and strengthened through journalistic intertexts that are grafted in parallel on the fictional text.

KEYWORDS: Brazilian literature; Lygia Fagundes Telles; Patrícia Melo; Sexual violence; Female body

* Universidade Federal de Sergipe – UFS; Departamento de Letras Libras; Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão – SE – Brasil – calmag@bol.com.br

Introdução

O corpo feminino, que sofre violência de gênero, abre-nos diversas perspectivas para interpretar as perversas normas que o controlam em uma sociedade patriarcal como a nossa, pois trazem marcas da opressão da mulher. Elódia Xavier tem um precioso estudo panorâmico sobre como esse corpo foi representado na literatura brasileira, que nos ajuda a entender essa dinâmica ao identificar diferentes regulações com destaque para os corpos: disciplinados, invisíveis e imobilizados, que traduzem o assédio psicológico e moral imposto à mulher, respaldado por normas familiares “[...] uma vez que as ações corporais são orientadas pelos e para os contextos institucionais.” (2007, p. 26).

Partindo desse estudo, pretendemos ampliar a tipologia de Elódia Xavier, dando destaque para o corpo suplicado, aquele que, além de sofrer a violência física e sexual, quando assassinado brutalmente, é aniquilado socialmente por valores hegemônicos conforme os estudos de Michel Foucault (2002) e Lia Zanotta Machado (2014). Particularmente, estamos interessados em mapear os valores morais que estão registrados nos corpos de personagens que sofrem feminicídios nos textos de Lygia Fagundes Telles e Patrícia Melo. Essas autoras questionam a punição e o castigo da mulher como marcas do suplício.

Na primeira obra, o conto “Dolly”, da coletânea *A noite mais escura e eu* (1995), de Lygia Fagundes Telles, vamos analisar o suplício imposto ao brutal estupro e morte da aspirante à atriz, Dolly. O conto traz uma intertextualidade com o caso de estupro e morte de Virginia Rappe, que após participar de uma festa promovida por Chico Boia, um famoso ator cômico do cinema mudo, em setembro de 1921, foi internada com ferimentos internos, que a levaram a óbito. Na segunda obra, o romance *Mulheres empilhadas* (2019), de Patrícia Melo, há diversas intertextualidades com vários feminicídios divulgados por jornais brasileiros e intercalados com os crimes da trama ficcional, que se passam na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre. O corpo da mãe da narradora e o da índia Txupira, vítimas de feminicídios, amarram os pontos desses planos narrativos.

Metodologicamente, pretendemos articular três conceitos centrais neste estudo: corpo, suplício e intertexto. Consideramos o corpo feminino, que é sacrificado e sofre o suplício, como um modelo disciplinador, pois tem potencial de regular as identidades femininas. Por essa perspectiva, os castigos impostos às vítimas são também formas de

vigilância e estão atrelados ao controle dos padrões de gênero, reforçando a premissa de que o castigo é próprio das punições públicas que visam disciplinar (FOUCAULT, 2002). As questões morais relacionadas ao suplício do corpo da mulher assassinada, nos casos reais, confundem-se com os da ficção e indicam um olhar de revisão e questionamento da impunidade masculina¹.

No campo ficcional, o corpo feminino está sendo explorado como um arquivo social que guarda a memória das regulações de gênero, já que “[...] deve ser visto em ação (*acting*), isto é, numa relação dinâmica ou estática com alguma coisa, pois só assim manifesta suas especificidades.” (XAVIER, 2007, p. 26). Para o conceito de intertexto, reconhecemos que o corpo é um arquivo que tanto pode ser ligado à série estética, como à histórica, já que os textos possuem “[...] procedimentos de retomadas, de lembranças e de reescrituras, cujo trabalho faz aparecer o intertexto.” (SAMOYAUULT, 2001, p. 47). Por essa perspectiva, exploramos o corpo suplicado como um intertexto dos valores morais que impõem o aniquilamento simbólico à vítima. Nas duas obras, o corpo da mulher traz registros do *modus operandi* da violência masculina, desnudando valores misóginos que atenuam a culpa dos criminosos.

O processo de resgate desses corpos por meio da literatura nos convida a fazer reflexões sobre quais códigos morais estão registrados na série literária, abrindo “[...] o campo de reflexão e crítica às formas de silenciamento e exploração do humano.” (SCHMIDT, 2010, p. 184). Tal postura valoriza os intertextos históricos e abre o texto literário para sentidos coletivos. A preocupação com o intertexto é indispensável para ampliarmos os sentidos dos corpos citados no processo de construção ficcional. Esse processo de referência a elementos extratextuais amplia o trânsito de sentidos entre o corpo da vítima e os deslocamentos morais do feminicídio, articulados no campo ficcional.

O corpo como intertexto moral

Este tópico desenvolve algumas reflexões acerca de conceitos de corpo, arquivo e intertexto conforme as perspectivas de M. Foucault e T. Samoyault, acrescidas das reflexões de J. Derrida acerca do mal que todo arquivo contém. Para isso, partimos da identificação dos corpos das vítimas no plano histórico e ficcional como arquivos do

¹ Este artigo traz dados parciais de uma pesquisa financiada pelo CNPq que visa mapear os casos de feminicídio em narrativas contemporâneas da literatura de autoria feminina do Brasil, Argentina e México, priorizando as narrativas de Patrícia Melo, Lygia Fagundes Telles, Néida Piñon, Selva Amada, Arminé Arjona, entre outras.

suplício. A citação do corpo aniquilado no texto literário está estrategicamente relacionada à revisão cultural voltada para a interpretação de “[...] uma história dos castigos com base nas ideias morais ou nas estruturas jurídicas.” (FOUCAULT, 2002, p. 25).

Nos textos literários, os ecos dos castigos são ratificados por atitudes misóginas e pela brutalidade masculina. Tais narrativas estão repletas de opções estéticas que nos apontam a ferida moral por meio de metáfora, ironia e paródia que despem a perversidade de homens que se projetam pelo *status* da virilidade. O suplício do corpo da mulher é um exemplo de códigos machistas mantidos por valores hegemônicos que são usados para educar pela punição, uma vez que esse corpo serve de parâmetro para que outras não sigam seu caminho. Michel Foucault (2002) ressalta que o controle e a exposição de um corpo castigado se tornam uma estratégia de vigilância e punição.

Quanto à ideia de arquivo, entendemos que o texto literário é composto por um conjunto de arquivos que sempre nos remete a outros textos e acontecimentos que cercam esse texto, religando a literatura ao mundo, conforme Samoyault (2008). Entre os intertextos que sedimentam as obras selecionadas, o corpo feminino suplicado não pode ser deixado de lado, quando identificado como um arquivo, carregado de valores morais. Nesse caso, exploramos o corpo feminino como um arquivo misógeno, pois é revelador da barbárie imposta a ele. A identificação dos sentidos do arquivo torna-se fundamental para a instituição de paradigmas que rompam o olhar de aniquilamento, visto que o arquivo traz uma ambiguidade que o caracteriza por ser “[...] instituidor e conservador. Revolucionário e tradicional.” (DERRIDA, 2001, p. 17). No texto ficcional, os corpos da vítima são resgatados pelo prisma revolucionário, pois nos projeta um olhar engajado da escritora que busca dar voz à mulher silenciada.

Nas duas obras, a retomada de feminicídios divulgados em jornais e revistas é articulada de forma “consentida”, ratificando um dos parâmetros do intertexto, sua “homenagem explícita” aos textos anteriores (SAMOYAUULT, 2008, p. 10). Por esse paradigma, o corpo funciona como um intertexto cultural para além das relações estéticas da obra e passa a nos remeter ao extratextual como um horizonte interpretativo. Tal estratégia crítica reconhece a “[...] sociabilidade da escritura literária, cuja individualidade se realiza até certo ponto no cruzamento particular de escrituras prévias.” (NITRINI, 2010, p. 165). As duas obras explicitam esse cruzamento de escritas a partir da ruptura da barreira entre o ficcional e o histórico.

No que se refere às questões de gênero, a punição é ratificada por argumentos que se pautam pelo medo e pela culpa das mulheres, quando observamos que há uma “[...] legitimação do poder de gênero instaurado legalmente de controle e castigo dos homens, com a recíproca culpabilização das mulheres.” (MACHADO, 2014, p. 108). A identificação do corpo suplicado é fundamental para refutarmos a premissa machista do crime de legítima honra ou de resgate da dignidade masculina como é articulado pelo discurso patriarcal. O suplício é a mais severa forma de punição do corpo feminino e está relacionado à forma como os castigos são absorvidos e referendados por valores morais coletivos.

As diferentes punições impostas à mulher precisam ser analisadas pelo duplo movimento que as impulsionam: as instâncias das regulações e as operações de poder, visto que não se trata de normatizações coletivas, compartilhadas pelos interesses machistas e patriarcais. Assim, essa violência “[...] não é exterior ao seu campo de aplicação [...]”, pois “[...] é produzida na produção desse campo.” (BUTLER, 2014, p. 267). Na ficção, os valores sociais, que dão sustentação à barbaridade com a qual o corpo feminino é punido, estão diretamente relacionados à cultura do atenuante, reforçando que em uma sociedade patriarcal as relações desiguais de gênero ainda se configuram como um desafio para mudança do paradigma de elogio da força e da agressividade masculinas (MACHADO, 2014).

Na sequência, passamos a analisar como a referência a casos reais de feminicídios nos ajudam a entender os sentidos dessa violência no texto literário.

O suplício da vida pregressa

Na literatura de Lygia Fagundes Telles, o corpo suplicado desnuda os castigos impostos às personagens femininas que, ao escolherem uma vivência sexual livre, passam a ser perseguidas ou julgadas como mulheres desavergonhadas. Tal representação é destacada no “Venha ver o pôr de sol”, da coletânea *Antes do baile verde* (1970). Nesse conto, Telles explora a vingança de Ricardo, que prende Raquel em um cemitério, após ser trocado por outro. No trajeto de suplício, Raquel é julgada pelo agressor como leviana e interesseira e comparada à *Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas, que faz uma referência às prostitutas de luxo na sociedade francesa. A postura de Ricardo, de desqualificar a vítima, parte da premissa machista de que o homem rejeitado pode promover o castigo conforme códigos morais que insistem na punição

quando a mulher age fora do padrão patriarcal. Tais códigos funcionam como espectros machistas (GOMES, 2019).

Duas décadas depois, Lygia Fagundes Telles retoma o tema da mulher rebaixada por sua liberdade sexual no conto “Dolly”. O mistério em torno da morte de Dolly é decifrado por meio da referência ao crime da atriz Virginia Rappe. Na trama ficcional, as três personagens centrais têm diferentes opiniões sobre casamento e realização profissional: Adelaide, a narradora, quer ser secretária; Matilde, a companheira de quarto, só pensa em se casar; e Dolly, uma mulher sexualmente livre, pretende ser atriz em Hollywood. Na primeira parte do conto, Adelaide justifica por que está fugindo da cena do crime; na segunda, a narradora descreve como chegou até o endereço da atriz; no final da narrativa, temos algumas reflexões sobre o que leva um homem a praticar um crime com tanta brutalidade contra uma jovem.

Inicialmente, um dia depois de ter esquecido seus cadernos na casa de Dolly, Adelaide retorna para buscá-los. Depois de tocar a companhia, sem ser atendida, ela se depara com a vizinha que antecipa que na noite anterior houve uma festa e muito barulho na casa de Dolly: “Há de ver que ela está ferrada no sono, a moça é levada da breca, a noite passada fez uma farra que durou até a madrugada. A vizinhança não está aguentando mais, a gente vai dar parte.” (TELLES, 2009, p. 12). Ao destacar que a vida intensa de Dolly incomoda, a vizinha também faz seu julgamento moral de uma jovem que dá festas e não respeita as regras de boa convivência.

No primeiro encontro, no dia anterior, Adelaide encontrou Dolly radiante e cheia de planos: sonhava em ser atriz em Hollywood, para isso estudava inglês e focava na sua carreira. Quando Dolly se mostra uma mulher sexualmente livre, Adelaide se assusta e desiste do plano de sair da pensão, pois queria apenas fugir da falta de privacidade: “Achei a casa engraçada, achei a moça meio desmiolada mas tão bonita e não era o que queria, não era bem o que queria. Quando me despedi dessa Dolly, já sabia que não ia voltar.” (TELLES, 2009, p. 13). Tal certeza estava atrelada ao comportamento espevitado de Dolly, que falou de seu futuro na tela, por isso não queria nada sério com seus pretendentes: “[...] o namoro acabou e o perfume ainda está aí, inteiro... *darling*, meu futuro está no cinematógrafo. E ele e a família, todo mundo implicando, foi melhor a gente se separar.” (TELLES, 2009, p. 20).

A anúncio da morte de Dolly é antecipada pelo sentimento de Adelaide, de que algo de muito errado havia acontecido. Nada se parecia com o vigor que tinha encontrado no dia anterior. Pelo olhar de Adelaide, adentramos no quarto da vítima:

“Espiei e vi Dolly na cama debaixo do acolchoado. Chamei de novo, Dolly! Mas sabia que ela estava morta.” (TELLES, 2009, p. 13). Nesse primeiro momento, a morte não tem explicação, tudo ainda impressiona a narradora, que está muito assustada com o corpo assassinado.

Ao detalhar a violência sofrida pelo corpo de Dolly, observamos que se trata de um crime com tortura e aniquilamento físico: “Uma crosta de sangue já coagulado cobria todo o gargalo da garrafa até chegar à circunferência da boca onde a crosta parecia mais amolecida, fechando essa boca feito um dedal.” (TELLES, 2009, p. 13). Ao ser violentada por uma garrafa, Dolly sofre uma punição inexplicável, pois aparentemente estaria protegida em sua própria casa. Todavia, ela também foi punida por valores morais.

Ao nos depararmos com o assassinato de Dolly, questionamos quais valores sociais estão por trás desse corpo suplicado. Uma das possibilidades que encontramos para entender esse aniquilamento vem à tona quando a narradora se lembra do abuso sexual sofrido pela atriz americana Virginia Rappe. Ao retomar esse caso, a narradora deixa pistas do quebra-cabeça em torno dos sentidos morais desse feminicídio: “Matilde contando em voz baixa aquela história, roendo as unhas e contando o crime de um famoso ator do *écran*, era um comico de nome difícil, mas o apelido era fácil, o apelido fácil e o riso na cara redonda, Chico Boia.” (TELLES, 2009, p. 13-14).

Ao identificar essa referência intertextual, abrimos o texto literário para novas pistas que nos possibilitam revisar os sentidos morais da brutal violência sofrida por Dolly. Tal processo hermenêutico nos convida a alinhar os fios soltos da narrativa por meio de suas relações com valores sociais, uma vez que a intertextualidade demanda um compromisso com a compreensão “[...] do que ela procede, sem separar esse aspecto das modalidades concretas de sua inscrição.” (SAMOYAULT, 2008, p. 47).

Por esse prisma, o corpo violentado de Rappe nos traz a ambiguidade de um arquivo, pois tanto é usado como um caso exemplar, por seu *status* conservador, como se projeta como um signo revolucionário, ao ser retomado por um olhar de revisão das regras de opressão contra a mulher. Essa interpretação é possível porque o mal de arquivo está em sua constituição, sua relação com o dentro e o fora, posto que o princípio do arquivo inclui o que o arruína e o contesta (DERRIDA, 2001).

No caso da personagem Dolly, identificamos um processo de aniquilamento de uma mulher que tentava ser atriz, todavia é confundida com uma prostituta por ter liberdade de receber amigos e empresários na tentativa de realizar seu sonho. Ela relata

diversas amigas com homens que lhe davam presentes. Para sua vizinha, seu corpo traduz o quanto a sociedade da época não aceitava uma vida sexual livre para as mulheres. Essa postura de controle e punição de uma mulher por sua vida pregressa não pode ser vista de forma isolada, já que se trata de regulação coletiva.

Paralelamente, o assassinato de Rappe vai sendo analisado pela narradora, dando pistas do que está por trás daquela violência, quando relembra como Matilde lhe contou a violência empregada pelo ator americano, Chico Boia: “Então trancou-se com ela nessa festa para comemorar alguma coisa e de madrugada enfiou-lhe uma garrafa entre as pernas! Uma garrafa ou coisa parecida... Uma garrafa! Que entrou tão fundo que arreventou tudo lá dentro, a mocinha foi morrer no hospital.” (TELLES, 2009, p. 14). Essa versão publicada em jornais sensacionalista não foi oficializada nos processos².

Depois de internada em um hospital de São Francisco, na Califórnia, Rappe faleceu por complicações de uma ruptura grave na bexiga e diagnóstico de peritonite, aos 26 anos, dias depois de participar da festa de Chico Boia. No julgamento, a vida pregressa da atriz foi exposta e questionada pelos advogados. O ator sempre se defendeu das acusações e conseguiu ser absolvido pelo tribunal de júri no terceiro julgamento, em 1922, quando foram ouvidas testemunhas enfermeiras, que revelaram a existência de possíveis sequelas de um aborto malfeito pela atriz. A impunidade prevaleceu e a atriz foi culpabilizada por assumir o risco de ter ido a uma festa com bebidas e drogas.

No plano ficcional, depois de se deparar com o crime, Adelaide opta por fugir da cena do crime e voltar para a pensão onde tomava uma sopa com sua amiga, Matilde, e ligaria para marcar um chá com o noivo. Essa fuga reforça o quanto os valores morais hegemônicos controlam seu comportamento: “Sou uma garota ajuizada e uma garota ajuizada faz isso o que eu fiz, toma o bonde Angélica e volta para casa antes da noite.” (TELLES, 2009, p. 11). Tal opção está relacionada aos mecanismos de disciplinamento das jovens, respaldados pela descrição da narradora: “uma garota ajuizada”. Ao se colocar como ajuizada, ela confirma que escolheu ser uma garota que respeita as normas sociais.

Dolly é um exemplo do terror que é pregado às mulheres por um sistema disciplinar. Tal interpretação está respaldada pelas reflexões de Adelaide, quando busca

² Em 13 de setembro de 1921, O Jornal do Brasil traz a manchete: O populíssimo Chico Boia foi preso por ser acusado do assassinato de Virginia Rappe. A partir dessa data, esse caso foi acompanhado pela imprensa brasileira, com notas sobre os bastidores dos julgamentos. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&Pesq=julgamento%20chico%20boia&pagfis=10600. Acesso em: 8 jun. 2021.

explicações para aquela violência sexual. Para o noivo de Matilde, há três explicações para esses casos: na primeira, ele reconhece a imposição da força masculina ao não aceitar um não da mulher. Outra justificativa está relacionada à moral masculina presente na falta de ereção, o que geraria uma vergonha para o homem. Sem chegar a uma conclusão sobre o motivo que levava um homem a cometer um estupro com uma garrafa, Adelaide conclui que “[...] o motivo é um só, a crueldade, a crueldade, a crueldade.” (TELLES, 2009, p. 25). Portanto, ao descrever um corpo indefeso, violentado pelas regras da masculinidade, o conto de Telles denuncia uma perversa regulação sexual machista.

O fato de Rappe e Dolly serem desqualificadas por uma vida sexual pregressa está relacionado a valores morais que relativizam os crimes de abuso, ao questionar os comportamentos da vítima. O aniquilamento de Dolly, que representava perigo para os padrões morais, é também uma estratégia de punição de jovens transgressoras. Nesse sentido, o corpo da mulher violada e assassinada é também um corpo suplicado, atravessado pelos padrões morais. Esse corpo expõe a estratégia social de punir para servir de modelo, visto que “[...] a forma da execução faz lembrar a natureza do crime.” (FOUCAULT, 2002, p. 39).

Por essa perspectiva, o corpo suplicado expõe a normatização do poder masculino e faz parte do imaginário social. Assim, consideramos que o fim trágico de Dolly está relacionado ao código comportamental de vida perigosa que ela levava, reconhecida pela vizinha, pelos familiares do noivo e pela própria Adelaide. Esse controle é próprio de sociedades conservadoras que desqualificam a mulher, já que “o desprezo pelo corpo” também está relacionado ao “desprezo pela mulher”, como demarcado por Elódia Xavier (2007, p. 132) em seus estudos sobre a representação do corpo feminino na literatura de autoria feminina.

Tal desqualificação é encarada por Patrícia Melo, em *Mulheres Empilhadas*, que denuncia o feminicídio como uma estratégia misógina de punição da mulher, independentemente de condições sociais e econômicas, como veremos a seguir.

Intertextos dos atenuantes

Patrícia Melo passou a ser referência na literatura contemporânea brasileira ao lançar *O matador* (1995), obra que descreve a trajetória de Máiquel, um matador de aluguel que tem ascensão social quando passa a comandar uma quadrilha envolvida com

tráfico, roubos e assassinatos encomendados. Entre suas vítimas está Cleidir, sua esposa, que é estrangulada em um momento de ira, pois queria se livrar dela para ficar com sua amante, Érica. Esse feminicídio é um dos temas secundários dessa obra, que traz um olhar irônico sobre a forma como os homens desqualificam as mulheres, conforme nossos estudos sobre a impunidade masculina nos casos de estupro (GOMES, 2018).

Mais de duas décadas depois, em *Mulheres empilhadas* (2019), a autora coloca o feminicídio no centro de sua obra e desmascara diversas estratégias machistas de atenuantes desse crime. Essa obra, assim como a de Lygia Fagundes Teles, faz referência direta a feminicídios reais que causaram espanto pela brutalidade usada na execução da mulher. O jogo entre o tecido ficcional e os casos reais amplia os sentidos do corpo suplicado como veremos neste tópico.

Esse romance é narrado em três planos. No primeiro, são retomados casos de feminicídios de diversos Estados a partir de publicações jornalísticas. Eles são registrados pela narradora em seu caderno de anotações e reforçam a relação dessa obra com o extratextual; no segundo, temos o ponto de vista da narradora, uma advogada paulista, sem nome, que se desloca para o Acre, após terminar um relacionamento abusivo. Psicologicamente, a narradora é atormentada pelo fantasma da mãe morta por seu pai; e, no terceiro, a narradora entra em contato com índias guerreiras dessa região. Elas se reúnem para participar de rituais, regados por chás alucinógenos da região, com o objetivo de elaborar planos de vingança contra homens violentos.

O corpo da mãe da narradora nos auxilia na construção de nossos argumentos, pois envolve questões subjetivas e emocionais. Depois de mergulhar em suas memórias de infância, a narradora passa a entender melhor o que aconteceu com sua mãe. Além disso, a visão mais crítica dos acontecimentos, que envolvem sua família, é retificada após o acompanhamento dos julgamentos coletivos. Em contato com diversas tragédias, ela vai se sensibilizando com sua própria dor: “Dona Morte e minha mãe, lado a lado. Juntas. Nem adulta consegui isolar, na minha tabela periódica emocional, o elemento ‘morte’ do elemento ‘minha mãe’.” (MELO, 2019, p. 32). A partir dessa experiência particular, a narradora se engaja em busca de um grito por justiça de todas as vítimas de feminicídio.

Além da retomada do caso da mãe, no plano ficcional, o julgamento de Txupira, uma jovem indígena estuprada, amarra os pontos entre ficção e realidade, aproximando as duas fronteiras do romance de Melo. O suplício do corpo de Txupira passa por sua desqualificação e pela valorização da juventude e poder econômico dos assassinos. A

brutalidade como ela é executada não esconde o ódio ao corpo da jovem: “[...] rosto desfigurado. Duas costelas quebradas. A boca amordaçada. Equimoses nas costas, ventre, garganta e tórax. As mãos amarradas. Dentes frontais destruídos.” (MELO, 2019, p. 46). As marcas de brutalidade são justificadas pelos réus como um descontrole da vítima, que não entendeu que eles queriam apenas dar um susto.

O suplício da jovem indígena está presente também na forma como a imprensa valoriza a força dos jovens e o futuro que têm pela frente. Essa visão que é contestada pela narradora ao ler a manchete no jornal: “A foto mostrava três rapazes sorridentes... Figuras másculas... Meninos sortudos, era a conclusão óbvia. Nada ali antecipava a psicopatia do trio que estuprou, torturou e matou uma adolescente da aldeia Kuratawa.” (MELO, 2019, p. 32). Esse crime entrelaça os destinos de diversas personagens com crimes que se mostram enigmáticos e dão um tom de romance policial para a obra de Melo.

Entre os intertextos usados nessa obra, os julgamentos que culminam com a impunidade promovem um debate em torno das justificativas usadas pelos criminosos para abrandar a gravidade do crime. Entre as dezenas de casos julgados no mutirão, há dois de impunidade de homens ricos: “[...] réus brancos, defesa paga. Estes foram absolvidos. Dalton e Reinaldo se safaram. Um era comerciante, outro dentista. Um rico, outro milionário. Livres.” (MELO, 2019, p. 73). Esses julgamentos que acabam não punindo reforçam a normatização hegemônica.

Quando a impunidade prevalece, o corpo da vítima sofre seu segundo suplício, pois passa a ter sua vida sendo questionada, quando o julgamento é de um ato de crime premeditado. Se levarmos em conta que o corpo da vítima é um arquivo social, deparamo-nos com um crime que nasce de princípios coletivos, pois podemos lê-lo por meio de um “[...] sentido físico, histórico ou ontológico; isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo, em suma, ao começo.” (DERRIDA, 2001, p. 12). A barbárie do crime está registrada na forma como o corpo foi executado.

A enumeração das vítimas e da impunidade de criminosos que cometem feminicídio é retomada em várias passagens dessa obra com referências aos casos reais. Essa barbaridade está associada aos crimes em que o marido resolve requerer a posse da esposa, quando é trocado por outro ou a mulher pede divórcio. A dinâmica desses feminicídios é reforçada pelo “pertencimento corporal” da esposa, pois trata-se de maridos que acreditam ter propriedade do corpo daquela que ele escolheu conforme os contratos simbólicos de sociedades patriarcais (BANDEIRA; MAGALHÃES, 2019).

O primeiro extrato de jornal descreve um crime premeditado e por motivo fútil: “Morta pelo marido/Elaine Figueiredo Lacerda/Sessenta e um anos/Foi abatida a tiros/Na porta de sua casa./Num final de tarde de domingo.” (MELO, 2019, p. 9). Esse crime aconteceu na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, e teve como justificativa o fato de o marido não aceitar o fim do casamento. Outro caso chocante é o de Tatiane Spitzner, que foi brutalmente agredida e jogada do quarto andar onde morava pelo marido. O inquérito concluiu que ela “[...] não cometeu suicídio, mas foi jogada do quarto andar pelo marido, Luís Felipe Manvailier.” (MELO, 2019, p. 56)³. Esse crime foi divulgado como suicídio no primeiro momento, todavia, cenas gravadas expuseram a farsa do marido. Esses dois casos reais são exemplos de corpos femininos suplicados, pois para os criminosos a mulher mereceu o castigo que recebeu, sendo exposta com marcas dos códigos machistas.

Na parte final da obra, a narradora identifica o corpo suplicado da mãe como base de uma pilha de feminicídios. Essa coleção de corpos suplicados sintetiza o projeto ideológico de luta pelos direitos da mulher, pois no processo de viagem interior, a narradora ecoa um choro coletivo ao enumerar crimes reais e ficcionais. Ao fazer um entrecruzamento de casos, o texto rompe com as fronteiras ficcionais:

Lanço-me ribanceira abaixo, aflita, meu coração querendo sair pela boca. Mas eis que, ao chegar ao vale, vejo que não há mais carro nenhum. No lugar do automóvel temos uma pilha de mulheres mortas. Algumas de saia, outras nuas, umas sem cabeça, outras sem sapatos, esta magra, aquela velha, esta ricamente vestida, aquela fatiada, esta de Roraima, aquela de Fortaleza, esta casada, aquela solteira... e bem no cume, como a cereja do bolo, está Carla./& Rita está logo abaixo/& Engel também está ali... & Txupira./A pilha é imensa./A pilha é monstruosa./A pilha é ultrajante./Já estou aos prantos/ Quando vejo/Soterrada./Embaixo da montanha de mulheres/ Assassinas./ A minha/Mãe./& dela só vejo o braço parcialmente coberto pela manga do vestido preto, de bolas brancas. O anel de pedra verde, as unhas vermelhas. O resto do seu corpo está aterrado pelo monte de cadáveres. (MELO, 2019, p. 208-209).

Esse trecho ressalta um mosaico de corpos suplicados. Todos são vítimas da misoginia. Não há justificativas para a barbaridade imposta às mulheres. Na cena que

³ Esse crime foi manchete de diversos jornais do país e chocou pela forma traiçoeira como o marido foi flagrado pelas câmeras do prédio onde moravam em Guarapuava-PR, em 22 de julho de 2018. Ele foi acusado por homicídio qualificado, cárcere privado e fraude processual, conforme notícia divulgada em 2 de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/08/02/o-que-se-sabe-do-caso-de-tatiane-spitzner-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guaparuava.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2021.

reúne esses corpos, a mutilação física e moral da mulher é descrita como uma aberração de uma sociedade machista.

No duplo movimento de retomada dos corpos suplicados tanto em casos reais, como nos da ficção, ficamos frente a frente com a dualidade desse crime. Tal olhar revolucionário coloca na mesma balança as ruínas do poder machista por meio da contestação da narradora. Por esse prisma, o conceito de arquivo nos convida a pensar o corpo suplicado das mulheres reais e ficcionais como uma tentativa de revisão dos discursos dos atenuantes, visto que Melo rejeita qualquer relativização e ratifica o quanto precisamos falar desse crime no Brasil para tentar extirpar esse mal.

Considerações finais

O conto “Dolly”, de Lygia Fagundes Telles, e o romance *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo, são construídos por uma poética de revisão do corpo suplicado nos casos de feminicídio. As duas autoras se propõem a construir revisões de casos reais a partir de uma estética de resistência contra a lógica misógina que atravessa esse crime. Se em seu conto, Telles volta ao passado para visitar os valores morais que desqualificam a atriz como uma prostituta; em sua narrativa, Melo vai adiante e expõe as estratégias de atenuante como marcas de ódio ao corpo da mulher.

Essa revisão do lugar que o corpo feminino suplicado ocupa no imaginário social é questionada nos textos literários, que exploram arquivos históricos por meio de um processo de revisão ucrônica, ao privilegiar a destemporalização do intertexto social (SAMOYULT, 2008). Esteticamente, essas obras remodelam os textos jornalísticos e jurídicos para atualizá-los no tecido literário. Tal consciência do uso do corpo como um intertexto social amplia os sentidos do texto literário a partir das estratégias de sutura entre os arquivos literários e históricos. Nesses processos comparativos, a identificação do intertexto é fundamental para a ampliação do conceito de corpo suplicado.

A estratégia de questionamento dos suplícios impostos às vítimas está relacionada à exposição de um modelo mau de mulher, daquela que cometeu erros e é forçada a revelá-los para que outras não sigam o mesmo caminho, como ressalta Foucault (2002) sobre os suplícios. Nas narrativas de Telles e Melo, a defesa do acusado continua sendo respaldada por estratégias misóginas que questionam a suspeição moral da vítima para relativizar a culpa dos criminosos ao considerar que a mulher teve parte no seu próprio homicídio, como destacam os estudos de Bandeira e Magalhães (2019).

Comparativamente, os principais argumentos estruturados na construção do corpo suplicado reforçam a vulnerabilidade da mulher transgressora. Lygia Fagundes Telles chega a esse resultado ao expor o estupro e assassinato de Dolly em seu próprio quarto a partir da desqualificação da vida pregressa da vítima como registrada no trágico caso da atriz americana. Em *Mulheres empilhadas*, Patrícia Melo expõe a lógica dos atenuantes jurídicos como uma estratégia de manutenção da dominação masculina ao privilegiar o olhar de uma narradora que denuncia o *modus operandi* dos feminicídios e aponta para as falhas de diversos setores sociais que consideram esses crimes como menores.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. M.; MAGALHÃES, M. J. A transversalidade dos crimes de femicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-56, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123178/2/361526.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- BUTLER, J. Desregulando gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, v. 42, p. 249-274, 2014.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 26. ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, C. M. Regulações do estupro em Lya Luft e Patrícia Melo. **Estudos Linguísticos e literários**, Salvador, UFBA, n. 59, p. 76-93, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28854/17077>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- GOMES, C. M. Os espectros do feminicídio em Lygia Fagundes Telles. **Revista Araticum**, Montes Claros, Unimontes, v. 19 n. 1, p. 23-38, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/106/111>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- MACHADO, L. Z. O medo urbano e a violência de gênero. *In*: MACHADO, L. Z. *et al.* (Org.). **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014. p. 103-125.
- MELO, P. **Mulheres empilhadas**. São Paulo: Leya, 2019.
- NITRINI, S. **Literatura comparada**: história, teoria e crítica. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2010.

SAMOYAUULT, T. **A intertextualidade**: memória da literatura. Trad. Sandra Nitrini. São Paulo: Hucitec, 2008.

SCHMIDT, R. T. Centro e Margens: Notas sobre a historiografia literária. *In*: DALCASTAGNÈ, R.; LEAL, V. M. V. (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2010, p. 174-187.

TELLES, L. F. **A noite mais escura e eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

XAVIER, E. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Santa Catarina: Mulheres, 2007.

Data de submissão: 15/03/2021

Data de aprovação: 25/04/2021